



## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA

Departamento de Licitação e Contratos

### EDITAL

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 23/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 10/2026**

**PROCESSO SEI N.º 3512100.407.00000562/2026-72**

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO

**OBJETO:** Registro de preço para o fornecimento parcelado de gêneros alimentícios, destinados ao preparo de refeições em unidades escolares e atendimento de necessidades administrativas da Secretaria Municipal de Educação, em atenção ao Termo de Referência.

**VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 2.153.974,97 (dois milhões cento cinquenta tres mil novecientos setenta quatro reais e noventa sete centavos).

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** Dia 21/05/2026 às 09:00 hrs (horário de Brasília) - Conforme Portal LICITANET <https://licitanet.com.br/>

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço LOTE

**MODO DE DISPUTA:** Aberto e fechado

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADA:** SIM

### EDITAL

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 23/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 10/2026**

**PROCESSO SEI N.º 3512100.407.00000562/2026-72**

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO

#### 1. PREÂMBULO

1.1. Torna -se público que o Município de Colômbia, Estado de São Paulo, por meio do Departamento de Compras e Licitações, sediado na Rua Jose da Mata, nº 668, na Cidade de Colômbia, Estado de São Paulo, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.2. Processo com fundamento nas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, **Decreto Municipal nº 2.236, de fevereiro de 2024**, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas posteriores alterações.

1.3. Link para acesso ao Decreto Municipal nº.2.236/2024: [Diário Oficial do Município - Colômbia - Edição 868 \(colombia.sp.gov.br\)](https://diariooficial.colombia.sp.gov.br/)

#### 2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação Registro de preço para o fornecimento parcelado de gêneros alimentícios, destinados ao preparo de refeições em unidades escolares e atendimento de necessidades administrativas da Secretaria Municipal de Educação, em atenção ao Termo de Referência.

2.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Portal LICITANET e as especificações técnicas constantes no Anexo I - Termo de Referência, o licitante deverá obedecer a este último.

2.3. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR LOTE, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

3.2. O valor estimado para este processo licitatório é de **R\$ 2.153.974,97 (dois milhões cento cinquenta três mil novecentos setenta quatro reais e noventa sete centavos).**

3.3. Considera-se não vantajosa para a Administração quando a contratação resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência.

### **4. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma prevista no edital de licitação.

4.2. O pregoeiro, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

4.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através da plataforma utilizada para disputa. [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

4.4. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.

4.5. Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame.

4.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação e no sistema, dentro do prazo estabelecido no § 1º, e vincularão os participantes e a Administração.

### **5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

5.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação.

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

**5.5. Não poderão disputar esta licitação:**

- a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- c) sociedades cooperativas;
- d) empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- e) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- f) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- g) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- h) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- i) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- j) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- k) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. O impedimento de que trata o item 5.5, alínea “g” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.5, alínea “e” e 5.5, alínea “f” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.10. O disposto nos itens 5.5, alínea “e” e 5.5, alínea “f” não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o

rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.12. A vedação de que trata o item 5.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor unitário do item, expresso em Reais (R\$)

b) Marca/Modelo

6.2. Como forma de preservar a identificação dos licitantes no sistema, caso a Marcar/Fabricante seja o próprio nome da Licitante, deverá ser identificado como “marca própria” ou “prestação de serviço”.

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Termo de Referência.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA ETAPA DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor do lote.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (um centavo).**

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O(a) pregoeiro(a) poderá como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

**7.11. o modo de disputa será o “ABERTO E FECHADO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**

a) A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

b) Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

c) No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

d) Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

e) Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem; caso haja empate real entre licitantes deverá ser observada, nesta ordem as seguintes regras de desempate:

a) A preferência da ME/EPP é empate ficto que não se confunde com o empate real devendo ser aplicado antes do empate regido por este item.

b) Disputa final como derradeira tentativa de desempate pelo critério menor preço;

c) Designação de nova sessão para a apresentação do envelope de desempate, que terá julgamento na forma das alíneas seguintes;

d) Os licitantes empatados na proposta de preço deverão demonstrar a contratação e efetiva execução junto ao Poder Público, do mesmo objeto (ou similar), nos últimos 5 (cinco) anos atualizando o valor pelo INCC

(no caso de obras) ou IPCA (nos demais casos) desde o dia do início da execução de cada contrato até o dia anterior à entrega do envelope de desempate, sendo que o valor pecuniário superior será o critério de desempate;

e) Mantido o empate, será convocada nova sessão, para apresentação de contratação junto ao Poder Público, do mesmo objeto (ou similar), nos últimos 10 (dez) anos, observadas as mesmas regras de quantificação pecuniária do item anterior;

f) Caso persista o empate serão aplicados os critérios dos incisos III e IV e §1º, incisos I a IV do artigo 60;

g) Caso nenhum critério anterior seja suficiente para o desempate será realizado sorteio a critério do agente de contratação de licitação responsável pela licitação utilizando-se apenas do fator sorte.”

7.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

a) A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

b) A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

c) O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

d) O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

e) É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

#### **7.22. A proposta atualizada deverá:**

a) ser redigida em língua portuguesa, digitada em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) informar o representante legal para fins de assinatura do contrato e dados bancários para pagamento).

c) Email ou outro contato com a licitante, que será utilizado para encaminhamento das atas e/ou contratos para assinatura.

7.23. O licitante poderá gerar a proposta final que é disponibilizada no sistema (LICITANET), ou usar modelo próprio, ambas devendo ser assinadas pelo representante legal.

a) Quando da atualização da proposta de preço, o licitante deverá atualizar os valores unitários e globais, que deverão ser menores ou iguais aos valores máximos/referência expressos no termo de referência, sob pena de desclassificação.

b) Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros;

c) no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

7.24. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, e no edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>)

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

c) Relação de apenados no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>)

d) Relação de inabilitados e inidôneos do Tribunal de Contas da União (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:14282513921855>)

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

a) A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

b) O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

c) Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

a) Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

### **8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:**

a) conter vícios insanáveis;

b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas com valores inferiores a

**50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro.

8.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do art. 59 e art. 64 da Lei n. 14.133/2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

8.11. Considerar-se-á inexecuível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.14. Na hipótese de o licitante ter a sua proposta recusada, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital

8.15. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”).

## **9. DA HABILITAÇÃO**

9.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

9.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

9.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

a) No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

b) Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

9.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:



- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações.
- k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

9.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

9.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

9.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

9.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

9.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

- a) valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- b) percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

9.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 9.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

9.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

### **9.15. Da Fase De Habilitação**

9.15.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9.15.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

a) Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do Contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.15.3 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, (documento digitalizado) por cópia autenticada por Tabelião ou com código de validação via internet.

9.15.4 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei. (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.15.5 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.15.6 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.15.7 Os documentos relativos à habilitação somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**9.15.8 Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em campo próprio, no prazo de 02 (DUAS HORAS), contado da solicitação do(a) pregoeiro(a).**

9.15.9 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na **PLATAFORMA LICITANET** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

9.15.10 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

a) Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.15.11 Os documentos relativos à habilitação somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

### **9.16. HABILITAÇÃO JURIDICA**

a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio

c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.16.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **9.17. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;**

b) **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional,** mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU);

c) **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**

d) **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual,** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

e) **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual,** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

f) **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal,** do domicílio ou sede do fornecedor;

g) **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho,** mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

## **9.18. ECONÔMICO-FINANCEIRA**

a) **Certidão negativa judicial ou Certidão Negativa de falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou ainda, certidão de concessão ou de homologação de recuperação judicial ou extrajudicial pelo juízo competente.

b) **Balanço patrimonial,** demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, sendo que, em caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, a demonstração se limita ao último exercício (art. 69, I da Lei 14.133/2021).

## **9.19. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

a) **Atestado de Capacidade Técnica:** Apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento anterior de bens compatíveis em características com o objeto desta licitação;

b) Alvará Sanitário ou Licença Sanitária, emitido pelo órgão competente da Vigilância Sanitária.

c) Para fornecimento de carnes e produtos de origem animal, comprovação de registro ou inspeção sanitária, tais como: Serviço de Inspeção Federal - SIF; Serviço de Inspeção Estadual - SIE; Serviço de Inspeção Municipal - SIM.

d) Comprovação de que dispõe de condições adequadas para armazenamento e transporte de alimentos, especialmente no caso de produtos perecíveis.

## **9.20. DECLARAÇÕES**

9.20.1. Os licitantes deverão marcar em campo próprio do sistema as seguintes declarações (ANEXO IV):

9.21. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.22. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.23. O(a) pregoeiro(a) poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

9.24. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto anteriormente.

9.25. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.26. Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente. Nas certidões solicitadas será considerado o prazo de validade constante no documento ou o previsto em lei, e na sua ausência, quando emitidas no máximo até 180 (cento e oitenta) dias anteriores a data limite para o recebimento das propostas.

9.27. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. A Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa aos Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive o INSS e a Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, deverão estar em nome da matriz.

9.28. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.29. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.30. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.31. As provas de regularidade deverão ser feitas por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

9.32. Constituem motivos para inabilitação do licitante:

- a) A não apresentação da documentação exigida para habilitação.
- b) A apresentação de documentos com prazo de validade vencido; (exceto para empresas devidamente enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, em conformidade com a Lei Complementar nº 123/06)
- c) A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;
- d) O não cumprimento dos requisitos de habilitação.

9.33. Se o licitante desatender às exigências para a habilitação, o(a) Pregoeiro(a), respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

## 10. DAS AMOSTRAS

10.1. Havendo o aceite da proposta, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de suas realizações divulgadas pela Administração, cuja presença será facultada a todos os fornecedores interessados em atenção ao termo de referencia.

10.2. Os itens constantes no termo de referência deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação, endereço: Rua Bahia, nº. 200, Centro, Colombia/SP, CEP 14795-000, Telefone (17) 3335-8529 / 3335-1114, acompanhados papel timbrado com identificação da empresa, no qual deverá constar a descrição do produto (marca/referência/modelo), nº da licitação, além da relação dos documentos que porventura os acompanhe.

10.3. O licitante vencedor do certame deverá apresentar, no prazo máximo de **03 (três) dias úteis** contados a partir do encerramento da disputa, amostras e fichas técnicas dos produtos ofertados, em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência — Anexo I deste Edital.

10.3.1. Junto as amostras, deverá ser apresentado como consta no TERMO DE REFERENCIA – ANEXO I.

10.4. Amostra dos itens dos produtos solicitados, de acordo com o que estabelece este termo de referência.

10.5. No caso de aprovação da amostra, segundo análise, pelo setor técnico de nutrição da Secretaria Municipal de Educação, o pregoeiro passará à fase de adjudicação e posteriormente de homologação ao vencedor pela autoridade competente.

10.6. No caso de reprovação dos itens apresentados, o pregoeiro desclassificará o licitante em questão e procederá à convocação do segundo classificado, e assim sucessivamente, até que sejam apresentados amostra de acordo com a especificação solicitada.

10.7. A não apresentação das amostras dentro do prazo estabelecido será reputada desistência, e o licitante será desclassificado, sendo-lhe aplicadas as penalidades estabelecidas em Lei.

10.8. No prazo máximo de **até 03 (três) dias úteis** contados a partir do encerramento da disputa a amostra referente aos itens do termo de referência, a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

10.9. É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada pelo interessado, antes de findo o prazo.

10.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema e publicado a sua ata de avaliação no Diário Oficial do Município.

10.11. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como amostras, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

10.12. A Secretaria Municipal de Educação se reserva o direito de aceitar ou não as amostras, independentemente da informação contida na proposta em relação à marca, caso não atendam às especificações exigidas, ou seja, de qualidade inferior à dos produtos em uso na Secretaria de Educação. Os itens apresentados como amostras deverão ter, obrigatoriamente, as mesmas especificações técnicas

constantes da proposta.

10.13. As amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

## **11. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

11.1. O fornecimento deverá ser parcelado, conforme cronogramas estabelecidos. As entregas deverão ser realizadas ponto a ponto nos endereços das unidades beneficiadas. Os veículos de transporte para produtos perecíveis deverão ser refrigerados, higienizados e manter a temperatura exigida para a conservação dos alimentos.

11.2. A frequência será definida conforme cronograma elaborado pela nutricionista responsável, sendo, em geral, semanal para produtos perecíveis e quinzenal para produtos não perecíveis.

11.3. Produtos recusados deverão ser trocados e/ou repostos em até 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação, sem ônus para a Contratante.

11.4. As entregas deverão ser realizadas nos endereços das unidades escolares e administrativas da Secretaria Municipal de Educação, conforme listagem a ser fornecida em Anexo - Endereços de Entrega.

11.5. O horário de entrega será de segunda a sexta-feira, das 07h00 às 11h00, exceto feriados.

## **12. DOS RECURSOS**

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão; durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

a) Será concedido o prazo de 30 (trinta) minutos para manifestação da intenção.

12.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço constante neste Edital.

## **13. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO**

13.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório pelos critérios e na forma de que trata o Decreto Municipal nº 2.236/2021 por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

13.2. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, § 3º, Lei 14.133/21).

13.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

13.4. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

13.5. Caberá recurso no prazo de 3 dias úteis contados a partir da data da anulação ou revogação da licitação, observado, no que couber, o disposto nos arts. 165 e 168 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.6. Na hipótese da ilegalidade de que trata o item 13.1 ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## **14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

14.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

a) Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

b) A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), quadro de avisos e também por e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

c) A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no LICITANET, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

15.1. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

15.2. O resultado do Pregão Eletrônico será divulgado no Diário Oficial do Município de Colômbia, <https://imprensaoficialmunicipal.com.br/colombia>

## **16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

16.1. O proponente vencedor deverá aceitar/assinar o Pedido de Compras e/ou instrumento equivalente ou assinar o Contrato dentro do **prazo de 05 (cinco) dias úteis** contados do comunicado do resultado deste PREGÃO ELETRÔNICO, que será publicado no Diário Oficial do Município de Colômbia, Estado de São Paulo.

a) O prazo concedido para assinatura/aceitação do Pedido de Compras e/ou instrumento equivalente ou formalização do Contrato, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, pela parte, e desde que motivo justificado e aceito pela Administração.

16.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

16.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

16.4. A regra do item 16.2 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados nas condições do item 16.3.

16.5 A empresa vencedora poderá firmar os contratos e ARP eletronicamente:



a) As assinaturas de contratos e Atas de Registro de Preços poderão ocorrer de forma eletrônica junto ao portal **Sistema Eletrônico de Informações - SEI Cidades** para usuários externos.

b) manual: <https://www.sei.cidades.sp.gov.br/dx/api/dam/v1/collections/4719a05b-acc5-46bc-be5c-7f34004aff06/items/e0f63385-214e-4866-812c-6e3528581dbf/renditions/fc5889b3-4a22-4c50-96ce-2731daea1bc1?binary=true>)

### **16.5. Microempresas e as empresas de pequeno porte**

16.5.1. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

16.5.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

16.5.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei no 14.133 de 01 de abril de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

16.6. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que formalmente demonstrada nos autos do processo administrativo a vantajosidade dos preços registrados em relação aos praticados no mercado à época da prorrogação.

## **17. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

17.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

## **18. DO REAJUSTE E REEQUILIBRIO**

18.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, no limite de apresentação da proposta.

18.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

18.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

18.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

18.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

18.9. O equilíbrio econômico-financeiro do objeto desta licitação será analisado e processado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. Cabe a contratada apresentar documentos (originais ou autenticados em cartório) que justifiquem e comprovem o pedido de equilíbrio.



a) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do serviço, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

b) O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

c) Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

d) Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso do reequilíbrio econômico-financeiro a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

**18.10. As solicitações de reajuste e/ou reequilíbrio deverão ser submetidas ao gestor do contrato, designado no ato de sua assinatura, para análise e possível aceitação.**

## **19. DO PAGAMENTO:**

19.1. A Dotação Orçamentária para a execução do objeto da licitação será:

a) A dotação orçamentária será indicada por ocasião da formalização de cada contrato ou instrumento hábil equivalente (nota de empenho, pedido de compra ou autorização de fornecimento) decorrente desta Ata de Registro de Preços, em conformidade com o art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

19.2 O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

19.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) O prazo de validade;

b) A data da emissão;

c) Os dados do contrato e do órgão Contratante;

d) O período respectivo de execução do contrato;

e) O valor a pagar;

f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

g) Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

h) A nota fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

i) O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.

j) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.4. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

19.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19.6. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará à CONTRATANTE, após a execução do objeto, a respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada do relatório da execução do objeto do período a que o pagamento se referir, bem como, demais documentos necessários para a efetiva comprovação da execução do objeto, se houver.

19.7. O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à prévia conferência pelo gestor.

19.8. As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento considerado válido pela CONTRATANTE.

19.9. A CONTRATADA deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

19.10. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista da CONTRATADA não impedem o pagamento, se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.

## **20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1 Comete infração administrativa o licitante e/ou a Contratada que cometer quaisquer das infrações previstas no art.155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante certame ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- l) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
- m) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) Impedimento de licitar e contratar, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave

(art. 156, §4º, da Lei);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Ente Federativo que tiver aplicado a sanção, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);

d) Multa: *A multa moratória é a sanção pecuniária que será imposta à contratada que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:*

*I - 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, pelo 1º (primeiro) dia de atraso;*

*II - 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, do 2º (segundo) até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;*

*III - 0,3% (três décimos percentuais) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) e até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a ser calculado o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;*

*IV - Após o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a unidade gestora do contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.*

*V - 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato para a licitação ou para a contratação direta, na hipótese de o licitante ou futuro contratado retardar injustificadamente o procedimento de contratação ou descumprir de preceito normativo ou as obrigações assumidas. (Conforme o Decreto Municipal n. 2.236/2024).*

20.3 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).

20.4 Todas as sanções previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

a) Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (art. 157);

b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventual mente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

20.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para o Contratante;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

20.8 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

20.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161).

20.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após encaminhamento da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento.

21.2. O procedimento será divulgado no Portal LICITANET e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, <https://colombia.sislicita.com.br/portal>

21.3. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

21.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias úteis. Só se iniciam e expiram os prazos em dia de expediente na Administração.

21.5. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos licitantes, cujo prazo não conste deste Edital, deverá ser atendido o prazo indicado pelo Pregoeiro na respectiva notificação.

21.6. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

21.7. O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com o Anexo I - Termo de Referência, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto da contratação.

21.8. As normas disciplinadoras deste Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da compra.

21.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado deste certame.

21.10. O fornecedor contratado será constantemente avaliado em termos de suas entregas.

21.11. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

21.12. Fica eleito o foro da Comarca de Barretos, Estado de São Paulo, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

21.13. Os interessados poderão examinar ou retirar gratuitamente o presente Edital de Licitação e seus anexos no site <https://licitanet.com.br/sessao-publica> ; <https://colombia.sislicita.com.br/portal> ou por e-mail [licitacao@colombia.sp.gov.br](mailto:licitacao@colombia.sp.gov.br)

21.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – PROPOSTA FINANCEIRA

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA

ANEXO IV – DECLARAÇÕES UNIFICADAS

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ME / EPP

ANEXO VI – MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Colômbia, na data da assinatura digital.

**PREFEITO MUNICIPAL**  
ORDENADOR DE DESPESAS



Documento assinado eletronicamente por **Julio Cesar dos Santos, Prefeito Municipal**, em 06/05/2026, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#) e [Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://cidades.sei.sp.gov.br/barretos/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://cidades.sei.sp.gov.br/barretos/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0202057** e o código CRC **05330D98**.

Referência: Processo nº 3512100.407.00000562/2026-72

SEI nº 0202057



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA – SP**

**52.381.720/0001-48**

**SEMEC - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**55.397.800/0001-80**



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **I – IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES INICIAIS**

<b>1.1 Órgão:</b>	Prefeitura do Município de Colômbia/SP
<b>1.2 Unidade Requisitante:</b>	Secretaria Municipal de Educação
<b>1.3 Modalidade de Licitação:</b>	Pregão Eletrônico

### **II - OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. O objeto do presente Termo de Referência é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS AO PREPARO DE REFEIÇÕES EM UNIDADES ESCOLARES E ATENDIMENTO DE NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, divididos em 3 (três) lotes, conforme especificações, quantitativos e condições detalhadas neste documento e em seus anexos.

2.2. A contratação visa à aquisição de bens de consumo, com fornecimento parcelado ao longo de 10 (dez) meses para suprir os 200 dias letivos de 2026 e dois meses para o início do ano letivo de 2027, contados a partir da assinatura do contrato.

2.3. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, sendo 10 (dez) meses para o fornecimento em 2026 e 2 (dois) meses no início do ano letivo de 2027, não sendo admitida a prorrogação por se tratar de aquisição de bens de consumo com prazo determinado.

2.4. O detalhamento completo dos itens, suas especificações técnicas, unidades de medida e quantidades estimadas encontram-se em Anexo.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA – SP**

**52.381.720/0001-48**

**SEMEC - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**55.397.800/0001-80**



### **III - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

3.1. A presente contratação fundamenta-se nos seguintes dispositivos legais:

- a) Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
- b) Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022;
- c) Decreto Municipal Nº 2362, de 15 de outubro de 2025;
- d) Legislação sanitária aplicável da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- e) Diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- f) Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU), no que tange ao parcelamento do objeto.

### **IV - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

4.1. A contratação é essencial para garantir o fornecimento contínuo, regular e qualificado de gêneros alimentícios para o preparo de refeições destinadas aos alunos da rede municipal de ensino de Colômbia/SP e para o atendimento de necessidades eventuais dos servidores da Secretaria Municipal de Educação. A oferta de alimentação escolar de qualidade é um direito fundamental do estudante e um pilar para o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem e a permanência na escola.

4.2. O problema a ser resolvido é o risco de desabastecimento ou fornecimento inadequado de insumos, o que comprometeria a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a segurança alimentar e nutricional das crianças e adolescentes. A contratação é, portanto, indispensável para assegurar o pleno funcionamento das unidades de ensino e a efetividade da política pública de educação no Município.

4.3. A presente demanda está alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA) do Município para o exercício de 2026 e é embasada pelo Estudo Técnico Preliminar (ETP), que, concluiu pela viabilidade e necessidade da contratação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA – SP**

**52.381.720/0001-48**

**SEMEC - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**55.397.800/0001-80**



## **V - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

5.1. A solução consiste na contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento parcelado de gêneros alimentícios, divididos em 3 (três) lotes distintos, conforme a natureza dos produtos. A execução se dará mediante a emissão de Ordens de Fornecimento pela Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a demanda das unidades.

5.2. O ciclo de vida da solução compreende as seguintes etapas:

a) **Planejamento e Emissão da Ordem de Fornecimento:** A Secretaria Municipal de Educação, por meio da nutricionista responsável, planejará os cardápios e consolidará as necessidades das unidades, emitindo Ordens de Fornecimento periódicas à(s) contratada(s).

b) **Aquisição e Logística pela Contratada:** A(s) contratada(s) será(ão) responsável(is) pela aquisição, armazenamento adequado, transporte em condições sanitárias ideais (incluindo refrigeração para perecíveis) e entrega dos produtos.

c) **Entrega e Recebimento:** A entrega será realizada ponto a ponto, nos endereços das unidades escolares e administrativas, onde os produtos serão inspecionados e recebidos provisoriamente.

d) **Consumo e Descarte:** Os alimentos serão utilizados no preparo das refeições. O descarte das embalagens será de responsabilidade das unidades receptoras, que deverão seguir as normas de coleta seletiva do município.

5.3. Por se tratar de aquisição de bens de consumo, não se aplicam requisitos de manutenção, assistência técnica ou treinamento.

## **VI - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

6.1. A(s) contratada(s) deverá(ão) atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

**6.1.1. QUALIDADE E CONFORMIDADE DOS PRODUTOS:** Todos os gêneros alimentícios deverão ser de primeira qualidade, frescos, íntegros, em perfeito estado





**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA – SP**

**52.381.720/0001-48**

**SEMEC - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**55.397.800/0001-80**



de conservação e atender rigorosamente às especificações descritas nos lotes (Anexo I) e à legislação sanitária vigente (ANVISA, MAPA) e às diretrizes do PNAE.

**6.1.2. EMBALAGEM E ROTULAGEM:** Os produtos deverão ser entregues em suas embalagens originais, íntegras, atóxicas e lacradas. Os rótulos deverão conter, de forma legível, todas as informações obrigatórias, como denominação, ingredientes, informações nutricionais, peso líquido, identificação do fabricante, lote, data de fabricação e prazo de validade.

**6.1.3. PRAZOS DE VALIDADE:** Os produtos entregues deverão observar os prazos mínimos de validade estipulados nas especificações de cada item, contados a partir da data de entrega, para garantir a segurança no consumo e evitar perdas.

**6.1.4. LOGÍSTICA DE ENTREGA:** O fornecimento deverá ser parcelado, conforme cronogramas estabelecidos. As entregas deverão ser realizadas ponto a ponto nos endereços das unidades beneficiadas, inclusive na zona rural. Os veículos de transporte para produtos perecíveis deverão ser refrigerados, higienizados e manter a temperatura exigida para a conservação dos alimentos.

**6.1.5. INSPEÇÃO, AMOSTRAS E TROCAS:** A Administração reserva-se o direito de inspecionar e recusar produtos não conformes no ato da entrega. Para os itens em que for solicitado no edital, a licitante vencedora deverá apresentar amostras e fichas técnicas para análise e aprovação prévia em até 3 (três) dias úteis. Produtos recusados deverão ser trocados e/ou repostos em até 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação, sem ônus para a Contratante.

**6.1.6. SUSTENTABILIDADE:** Sempre que possível e economicamente viável, a contratada deverá adotar práticas sustentáveis, como o uso de embalagens recicláveis e a otimização das rotas de entrega para minimizar a emissão de poluentes.

## **VII - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA – SP**

**52.381.720/0001-48**

**SEMEC - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**55.397.800/0001-80**



7.1. A execução do contrato se dará por meio da emissão de Ordens de Fornecimento pela Secretaria Municipal de Educação, que indicarão os itens, as quantidades e os locais de entrega.

7.2. **Locais de Entrega:** As entregas deverão ser realizadas nos endereços das unidades escolares e administrativas da Secretaria Municipal de Educação, conforme listagem a ser fornecida em Anexo – Endereços de Entrega.

7.3. **Prazos e Horários:** As entregas deverão ocorrer em dias úteis, das 07h00 às 11h00. Os prazos para entrega, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, serão definidos no edital, respeitando a natureza dos produtos.

7.4. **Frequência das Entregas:** A frequência será definida conforme cronograma elaborado pela nutricionista responsável, sendo, em geral, semanal para produtos perecíveis e quinzenal para produtos não perecíveis.

7.5. **Obrigações da Contratada:** Além das disposições contratuais, caberá à Contratada: fornecer os produtos em estrita conformidade com as especificações; arcar com todos os custos de transporte, frete, seguros e encargos; substituir imediatamente os produtos recusados; manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.6. **Obrigações da Contratante:** Caberá à Contratante: emitir as Ordens de Fornecimento; designar servidores para receber e fiscalizar os produtos; efetuar os pagamentos nas condições e prazos estabelecidos; comunicar formalmente à Contratada sobre quaisquer irregularidades.

## **VIII - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

8.1. A gestão e fiscalização da execução do contrato serão realizadas por servidores formalmente designados pela Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o Art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que atuarão para garantir o pleno cumprimento das obrigações contratuais.

8.2. Serão designados os seguintes papéis:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA – SP**

**52.381.720/0001-48**

**SEMEC - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**55.397.800/0001-80**



**Educação**

a) **Gestor do Contrato:** Servidor responsável pela coordenação geral da fiscalização, atuando como ponto de contato principal com a contratada para questões administrativas, como aplicação de sanções, alterações contratuais e pagamentos.

b) **Fiscal Técnico do Contrato:** Servidora Sr<sup>a</sup> Denise Pereira da Silva, Nutricionista Responsável, encarregada de avaliar a qualidade dos produtos, a conformidade com as especificações técnicas, as normas sanitárias, os prazos de validade e as condições de transporte e armazenamento.

8.3. A fiscalização utilizará como instrumentos de controle as Ordens de Fornecimento, as notas fiscais, os comprovantes de entrega assinados, relatórios de não conformidade e outros documentos pertinentes.

## **IX– JUSTIFICATIVA DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

9.1. O critério de julgamento adotado para a presente contratação é o de **Menor Preço por Lote**, no âmbito da modalidade **Pregão Eletrônico**, nos termos do art. 6º, inciso XLI da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. A escolha do critério de menor preço justifica-se por se tratar de fornecimento de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, permitindo a comparação direta entre propostas e a seleção da mais vantajosa para a Administração.

9.3. O julgamento por lote, e não por item isolado, mostra-se técnica e economicamente adequado em razão da natureza dos produtos agrupados, que possuem características correlatas e logística semelhante de fornecimento, tais como armazenamento, transporte e periodicidade de entrega. Tal agrupamento proporciona:

- a) Maior eficiência operacional na execução contratual;
- b) Otimização da logística de entrega e redução de custos administrativos;
- c) Facilitação da gestão e fiscalização contratual;
- d) Economia de escala, com potencial redução de preços globais;
- e) Racionalização do processo de recebimento e controle de qualidade.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA – SP**

**52.381.720/0001-48**

**SEMEC - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**55.397.800/0001-80**



f) Por se tratar de merenda escolar e possuir um cronograma de entrega para cumprir.

9.4. A divisão do objeto em 3 (três) lotes distintos foi realizada de forma técnica, considerando a natureza dos gêneros alimentícios (estocáveis, açougue e hortifrutigranjeiros), de modo a preservar a competitividade e possibilitar a participação de empresas especializadas em cada segmento, em conformidade com a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União.

9.5. Assim, conclui-se que o critério de julgamento adotado atende aos princípios da isonomia, competitividade, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa, assegurando eficiência na contratação e adequada execução do objeto.

## **X - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **10.1. Recebimento do Objeto:**

a) **Recebimento Provisório:** Realizado no ato da entrega em cada unidade, pelo Fiscal Setorial, que atestará o recebimento na nota de entrega após conferência quantitativa e inspeção visual. A recusa de produtos deverá ser registrada no mesmo documento.

b) **Recebimento Definitivo:** Realizado pelo Fiscal Técnico em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante análise de conformidade dos produtos entregues com as especificações deste Termo de Referência. O recebimento definitivo consolida o ateste para fins de pagamento.

### **10.2. Condições de Pagamento:**

a) O pagamento será realizado mensalmente, correspondente ao valor total dos produtos efetivamente entregues e definitivamente recebidos no período.

b) A Contratada deverá apresentar a nota fiscal/fatura correspondente, devidamente acompanhada dos comprovantes de entrega assinados e das certidões de regularidade fiscal e trabalhista vigentes.

c) O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de ateste da nota fiscal pelo Gestor do Contrato.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA – SP**

**52.381.720/0001-48**

**SEMEC - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**55.397.800/0001-80**

**Educação**

## **XI - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**11.1. Modalidade e Critério de Julgamento:** A seleção do fornecedor será realizada por meio de Pregão Eletrônico, cujo critério de julgamento será o de **Menor Preço por Lote**.

**11.2. Requisitos de Habilitação:** Os licitantes deverão apresentar a documentação de habilitação conforme exigido no edital, incluindo, no mínimo:

### **11.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA – SP**

**52.381.720/0001-48**

**SEMEC - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**55.397.800/0001-80**



**Educação**

COLÔMBIA-SP

- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;
- i) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

**11.2.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:** Para fins de comprovação da qualificação técnica, poderão ser exigidos no edital os seguintes documentos:

- a) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de produtos compatíveis com o objeto da licitação.
- b) Alvará Sanitário ou Licença Sanitária, emitido pelo órgão competente da Vigilância Sanitária.
- c) Para fornecimento de carnes e produtos de origem animal, comprovação de registro ou inspeção sanitária, tais como:
  - Serviço de Inspeção Federal – SIF;
  - Serviço de Inspeção Estadual – SIE;
  - Serviço de Inspeção Municipal – SIM.
- d) Comprovação de que dispõe de condições adequadas para armazenamento e transporte de alimentos, especialmente no caso de produtos perecíveis.

**11.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:** Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, poderão ser exigidos no edital os seguintes documentos:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA – SP**

**52.381.720/0001-48**

### **SEMEC - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**55.397.800/0001-80**



- b) Comprovação de boa situação financeira da empresa, mediante análise de índices contábeis, quando exigidos;
- c) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

## **XII - ESTIMATIVAS DE VALORES**

12.1. O valor total estimado para a contratação é de **R\$ 2.153.974,97 (Dois milhões, cento e cinquenta e três mil, novecentos e setenta e quatro reais e noventa e sete centavos)**, obtido por meio de ampla pesquisa de mercado, em conformidade com o Art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. A estimativa de valor por lote é a seguinte:

<b>LOTE</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR ESTIMADO (R\$)</b>
1	Gêneros Alimentícios Estocáveis	998.063,12
2	Açougue	794.139,75
3	Hortifrutigranjeiros	361.772,10
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>2.153.974,97</b>

12.3. Os preços unitários, referenciais e os documentos que compõem a pesquisa de preços constam em anexo.

## **XIII ANEXOS**

Cotação de preços – Estocáveis

Cotação de preços – Carnes

Cotação de preços – Hortifrutigranjeiros

Cotação de preços – Fornecedor local

Mapa comparativo – Pesquisa de preços

Cronograma estimativa de custos – Centro custos

Endereços de entregas

Estimativa de custos para 2026 – 2027.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA – SP**

**52.381.720/0001-48**

**SEMEC - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**55.397.800/0001-80**



**Educação**

Colômbia/SP, 03 de fevereiro de 2026.

Maria José da Silva

Secretária Municipal de Educação

*Denise P. Silva*  
Denise Pereira da Silva

Fiscal de contrato

Nutricionista - Responsável Técnico



LOTE 1 - GENEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS						
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNDD	QTDD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	ALIMENTO ACHOCOLATADO EM PÓ (350 A 400 G) - OBTIDO PELA MISTURA DE CACAU EM PÓ SOLÚVEL, LEITE EM PÓ E/OU SORO, EXTRATO DE MALTE, AÇÚCAR E SAL, CONSTITUÍDO DE PÓ FINO E HOMOGÊNEO, ISENTO DE SOJA OU FARINHA, SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, ADMITINDO TEOR DE UMIDADE MÁXIMA DE 3% EM PESO, ACONDICIONADO EM PACOTE CONTENDO 350 A 400 GRAMAS. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	PCT.	370	R\$ 10,35	R\$ 3.829,50
1	2	AÇÚCAR CRISTAL (5 KG); OBTIDO A PARTIR DO CALDO DA CANA DE AÇÚCAR; COM ASPECTO, COR E ODOR CARACTERÍSTICOS E SABOR DOCE; NÃO PODENDO APRESENTAR MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO, ALTA UMIDADE, PRESENÇA DE INSETOS OU DETRITOS E ODOR ESTRANHO; EMBALAGEM PRIMÁRIA DE 5 KG PLÁSTICA ATÓXICA DEVIDAMENTE LACRADA; COM VALIDADE MÍNIMA DE 19 MESES NA DATA DA ENTREGA; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC 271/05, RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360/03 E ALTERAÇÕES POSTERIORES; PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA.	PCT.	1350	R\$ 21,17	R\$ 28.579,50
1	3	AMENDOIM 500 GR - CRU, SEM CASCA, CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS, SÃOS, DE BOA QUALIDADE, SEM FERMENTAÇÃO E MOFO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACO DE LINHA ATÓXICO.	PCT.	820	R\$ 15,45	R\$ 12.669,00
1	4	AMIDO DE MILHO 500GRS - PRODUTO AMILACEO EXTRAÍDO DO MILHO; COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS; COM UMIDADE MÁXIMA DE 15% POR PESO; ISENTO DE INSETOS, IMPUREZAS, ODORES E SABORES ESTRANHOS OU IMPRÓPRIOS; VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES NA DATA DA ENTREGA, EMBALAGEM PRIMARIA DE 500 GRAMAS PLÁSTICA, FLEXÍVEL, TERMOSSELADA; EMBALAGEM SECUNDARIA CAIXA DE PAPELÃO REFORÇADO; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC 263/05, RDC 259/02, RDC 360/03 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES; PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA;	PCT	350	R\$ 11,34	R\$ 3.969,00
1	5	ARROZ INTEGRAL (1 KG) , TIPO 1 DE 1ª QUALIDADE, GRÃOS INTEIROS; ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, COR, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS, O PRODUTO NÃO DEVERÁ APRESENTAR-SE EMPAPADO APÓS O PREPARO. EMBALAGEM: ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO CONTENDO 01 QUILO. VALIDADE: MÍNIMA DE 05 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	PCT	40	R\$ 7,66	R\$ 306,40
1	6	ARROZ BENEFICIADO, TIPO 1, (5 KG) LONGO FINO, CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS, UNIFORMES, ÍNTEGROS E DE BOA QUALIDADE NUTRICIONAL. ISENTO DE MATÉRIAS ESTRANHAS, IMPUREZAS, INSETOS, LARVAS, SUJIDADES, GRÃOS ARDIDOS, MOFADOS OU FERMENTADOS, ASSEGURANDO CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO POR ESCOLARES. APRESENTAR COLORAÇÃO, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS DO PRODUTO. ATENDER INTEGRALMENTE ÀS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE, EM ESPECIAL ÀS NORMAS DA ANVISA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ÀS DIRETRIZES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE). EMBALAGEM PRIMÁRIA RESISTENTE, ATÓXICA, ADEQUADA AO TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO, HERMETICAMENTE FECHADA, CONTENDO 5 KG, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE E DADOS DO FABRICANTE. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	PCT.	5781	R\$ 20,87	R\$120.649,47
1	7	AVEIA EM FLOCOS FINOS 500 G: FINOS, 100% NATURAL, EMBALAGEM DE PAPELÃO OU PLÁSTICO TRANSPARENTE ATÓXICO, COM ROTULO IDENTIFICANDO O PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. VALIDADE MÍNIMA DE 8 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM COM 500G. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	PCT.	210	R\$ 12,74	R\$ 2.675,40
1	8	BEBIDA LACTEA SABOR MORANGO 200 ML - APRESENTAÇÃO: SACO. POLIETILENO   CARACTERÍSTICA ADICIONAIS: COM POLPA DE FRUTAS (EMBALAGEM DE 200 ML), SABOR MORANGO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/SIF E CARIMBO DE INSPEÇÃO DO SIF. VALIDADE MÍNIMA DE 30 (VINTE) DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA."	UNID.	20130	R\$ 2,08	R\$ 41.870,40

1	9	BISCOITO TIPO ÁGUA E SAL COMPOSTO DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL, AÇÚCAR, AMIDO, SAL; FERMENTOS QUÍMICOS E OUTROS INGREDIENTES PERMITIDOS; EMBALAGEM PRIMARIA DE 350 GRAMAS EM FILME BOPP METALIZADO HERMETICAMENTE FECHADO E ATÓXICO; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC 263/05, RDC 360/03, RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 14/14 E ALTERAÇÕES POSTERIORES; PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA; COM VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES NA DATA DA ENTREGA; APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	PCT	2960	R\$ 5,83	R\$ 17.256,80
1	10	BISCOITO DOCE S/RECHEIO; TIPO MAISENA; COMPOSTO DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA C/ FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL; AMIDO, SAL, FERMENTO QUÍMICO E OUTROS INGREDIENTES PERMITIDOS; EMBALAGEM PRIMARIA DE 350 GRAMAS EM FILME BOPP METALIZADO, ATÓXICO E LACRADO; COM VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES NA DATA DA ENTREGA; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360/03, RDC 344/02, RDC 263/05 E ALTERAÇÕES POSTERIORES; PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADM. DETERMINADOS PELA ANVISA; APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	PCT	2960	R\$ 6,28	R\$ 18.588,80
1	11	BISCOITO DE POLVILHO - 100 GR - ISENTO DE AROMAS ARTIFICIAIS E REALÇADORES DE SABOR. ISENTO DE GORDURAS TRANS E (GORDURAS HIDROGENADAS), DEVENDO SER INFORMADO DE FORMA CLARA NA LISTA DE INGREDIENTES O TIPO DE GORDURA UTILIZADA. EMBALAGEM PRIMÁRIA PLÁSTICA TRANSPARENTE CONTENDO NO MÍNIMO 100 GR DO PRODUTO. ROTULAGEM CONTENDO AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: DENOMINAÇÃO DE VENDA, LISTA DE INGREDIENTE, ROTULAGEM NUTRICIONAL, CONTÉUDO LÍQUIDO, ORIGEM, LOTE E PRAZO DE VALIDADE. PRODUTO COM VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA	PCT.	3850	R\$ 7,27	R\$ 27.989,50
1	12	CACAU EM PÓ 100% - 500 G- PRODUTO EM PÓ, SOLÚVEL, 100% CACAU. O PRODUTO NÃO PODERÁ CONTER GLÚTEN, ÓLEO OU GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, CORANTES ARTIFICIAIS E/OU AROMATIZANTES ARTIFICIAIS. CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICO: O PRODUTO DEVE CONTER 100% CACAU EM PÓ. CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS: SERÃO ADOTADOS OS CRITÉRIOS E PADRÕES ESTABELECIDOS NA RESOLUÇÃO RDC N° 12, DE 02/01/01, ANVISA/ MS, EM SEU ANEXO I, GRUPO 19*, ITEM C, PUBLICADA NO D.O.U., SEÇÃO I, EM 10/01/01. EXIGÊNCIA DE LAUDOS: COLIFORMES A 45° C, EST. COAG. POSITIVA, SALMONELLA SP. CARACTERÍSTICAS MACROSCÓPICAS OU MICROSCÓPICAS: AUSÊNCIA DE MATÉRIAS MACROSCÓPICAS PREJUDICIAIS A SAÚDE HUMANA. DE ACORDO COM A RDC N°. 175, DE 08/07/03, ANVISA/MS. "VALIDADE: NO MÍNIMO 10 (DEZ) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM: PRIMÁRIA: SACOS DE POLIETILENO ATÓXICO, RESISTENTE E VEDADO HERMETICAMENTE, COM PESO LÍQUIDO MÁXIMO DE 1KG. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	PCT	1060	R\$ 36,27	R\$ 38.446,20
1	13	CAFÉ TRADICIONAL 500 G; TORRADO E MOÍDO, CONSTITUÍDO DE CAFÉ ATÉ TIPO 8 NA CLASSIFICAÇÃO OFICIAL BRASILEIRA-COB; BEBIDA VARIANDO DE MOLE A RIO, EXCLUINDO-SE O GOSTO RIOZONA; COM UM MÁXIMO DE 20% DE DEFEITOS PRETOS, VERDES E ARDIDOS E AUSÊNCIA DE GRÃOS PRETOS-VERDES E FERMENTADOS; ADMITINDO-SE GRÃOS DE SAFRAS PASSADAS, ROBUSTA CANNON; DESDE QUE O GOSTO NÃO SEJA PRONUNCIADO E PREPONDERANTE; PONTO DE TORRA MODERADAMENTE ESCURO A MÉDIO CLARO; COM QUALIDADE GLOBAL ACEITÁVEL MÍNIMA DE 4,5 PONTOS NA ESCALA SENSORIAL DE 0 A 10 DO LOTE ENTREGUE; IMPUREZAS (CASCA E PAUS) EM G/100G MÁXIMA DE 1%; E UMIDADE EM G/100G MÁXIMA DE 5%; OBEDECENDO RESOLUÇÃO SAA-19, DE 05/04/2010; COM EMBALAGEM PRIMARIA ALTO VÁCUO (TIJOLINHO) E EMBALAGEM SECUNDÁRIA CAIXA DE PAPEL CARTÃO; ROTULAGEM IMPRESSA NA EMBALAGEM SECUNDÁRIA; APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	PCT	2440	R\$ 34,50	R\$ 84.180,00
1	14	CANELA - EM PÓ 10 G, FINA E HOMOGÊNEA, OBTIDA DA CASCA DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS, GRÃOS E LIMPOS, PCT C/ 10 GR.	PCT	45	R\$ 4,09	R\$ 184,05
1	15	CANJICA AMARELA - 500 G - CONSTITUÍDA DE GRÃOS DE MILHO ÍNTEGROS, LIMPOS, SELECIONADOS E DE BOA QUALIDADE NUTRICIONAL, PRÓPRIOS PARA O CONSUMO HUMANO. ISENTA DE MATÉRIAS ESTRANHAS, IMPUREZAS, INSETOS, LARVAS, SUJIDADES, GRÃOS MOFADOS, ARDIDOS OU FERMENTADOS. PRODUTO COM COLORAÇÃO, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS, ADEQUADO AO PREPARO DE REFEIÇÕES DESTINADAS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE, EM ESPECIAL ÀS NORMAS DA ANVISA, DO MINISTÉRIO DA	PCT	930	R\$ 5,35	R\$ 4.975,50

		AGRICULTURA E ÀS DIRETRIZES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE). EMBALAGEM PRIMÁRIA RESISTENTE, ATÓXICA, DEVIDAMENTE LACRADA, CONTENDO 500 G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE E DADOS DO FABRICANTE.				
1	16	CHÁ; MATE SOLÚVEL; CAIXA 250 G - COMPOSTO DE " EXTRATO DAS FOLHAS" DA ERVA MATE TOSTADA , SOLÚVEL; ISENTO DE SUJIDADES, FRAGMENTOS DE INSETOS E OUTROS MATERIAIS ESTRANHOS; EMBALAGEM PRIMARIA PLÁSTICA APROPRIADA, HERMETICAMENTE FECHADA; EMBALAGEM SECUNDARIA CAIXA DE PAPEL CARTÃO; COM VALIDADE MÍNIMA DE 11 MESES NA DATA DA ENTREGA; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 267/05, RDC 277/05, RDC 14/14 E ALTERAÇÕES POSTERIORES; PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADM. DETERMINADOS PELA ANVISA;	CX	1760	R\$ 9,64	R\$ 16.966,40
1	17	COCO RALADO 100G - AMÊNDOAS DE COCO PURO, EM FLOCOS PARCIALMENTE DESIDRATADO, OBTIDO POR PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO, COM UMIDADE MÁXIMA DE 4% P/P E LIPÍDIOS ENTRE 35% A 60%, ISENTO DE IMPUREZAS, SUJIDADES E RANÇO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, EMBALADO EM CAIXA PAPELÃO REFORÇADO, PACOTE DE 100 GR."	PCT	40	R\$ 7,74	R\$ 309,60
1	18	CREME DE LEITE 200G - OBTIDO A PARTIR DO LEITE DE VACA, PADRONIZADO, HOMOGENEIZADO E SUBMETIDO A TRATAMENTO TÉRMICO APROPRIADO (UHT OU PASTEURIZAÇÃO), APRESENTANDO TEXTURA CREMOSA, SABOR E ODOR CARACTERÍSTICOS, SEM PRESENÇA DE GRUMOS, RANÇO OU CONTAMINANTES. PRODUTO ISENTO DE IMPUREZAS, SUJIDADES, PARASITAS E MICRORGANISMOS EM NÍVEIS QUE COMPROMETAM A SAÚDE. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ÍNTEGRA, HERMETICAMENTE FECHADA, COM CONTEÚDO LÍQUIDO DE 200 G, DEVIDAMENTE ROTULADA CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, CONTENDO INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE E IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE.	CAIXA	50	R\$ 4,67	R\$ 233,50
1	19	EXTRATO DE TOMATE 1,7 KG; CONCENTRADO, COMPOSTO DE TOMATES MADUROS, SEM PELE E SEM SEMENTES, COM ADIÇÃO DE ATÉ 1% DE AÇÚCAR, E 5% DE SÓDIO; SENDO ENTÃO SEUS INGREDIENTES APENAS TOMATE E SAL E O MÍNIMO DE AÇÚCAR. ISENTO DE SUJIDADES E OUTROS MATERIAIS ESTRANHOS; NÃO DEVE CONTER GLUTAMATO MONOSSÓDICO EM SUA COMPOSIÇÃO. EMBALAGEM PRIMARIA DE 1,7 KG EM PLÁSTICO ATÓXICO E LACRADO; EMBALAGEM SECUNDÁRIA CAIXA DE PAPELÃO REFORÇADA; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360/03, RDC 272/05, RDC 14/14 E ALTERAÇÕES POSTERIORES; PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA COM VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES NA DATA DA ENTREGA; APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	UNID.	800	R\$ 16,73	R\$ 13.384,00
1	20	FARINHA DE MANDIOCA 500G - SECA, BIJU, CLASSE AMARELA, TIPO ÚNICO; DE COR CREME CLARO; ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E OUTROS MATERIAIS ESTRANHOS; VALIDADE MÍNIMA DE 07 MESES NA DATA DA ENTREGA, EMBALAGEM PRIMARIA DE 500 GRAMAS EM SACO DE PAPEL BRANCO E POLIETILENO; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RDC 12/01, RDC 14/14 DA ANVISA E INSTRUÇÃO NORMATIVA 52/11 DO MAPA E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES; SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	PCT	2080	R\$ 6,00	R\$ 12.480,00
1	21	FARINHA DE TRIGO 1KG; TIPO 1; FORTIFICADA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO; DEVENDO SE APRESENTAR LIMPA, SECA, COM UMIDADE MÁXIMA DE 15%; ISENTA DE INSETOS, ODORES OU SABORES ESTRANHOS OU IMPRÓPRIOS; EMBALAGEM PRIMARIA DE 1 KG EM SACO PRÓPRIO E ÚNICO TRANSPARENTE E ATÓXICO; COM VALIDADE MÍNIMA DE 3 MESES NA DATA DA ENTREGA; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA 08/05 (MAPA), RDC 263/05, RDC 344/02 E RDC 14/14 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES; PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	PCT	1530	R\$ 5,36	R\$ 8.200,80
1	22	FEIJÃO TIPO 1 CARIOQUINHA 1 KG - FEIJÃO CARIOCA; GRUPO 1, CLASSE CORES, TIPO 1; NOVO; CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS E SÃOS; COM TEOR DE UMIDADE RECOMENDADA DE ATÉ 14%; ISENTO DE MATÉRIAS ESTRANHAS COMO PEDRAS E OUTROS CONTAMINANTES FÍSICOS, IMPUREZAS, GRÃOS MOFADOS, ARDIDOS, GERMINADOS E CARUNCHADOS E/OU OUTROS PARASITAS; EMBALAGEM PRIMARIA DE 1 KG ATÓXICO, LACRADO, COM VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES NA DATA DA ENTREGA; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM O DECRETO 6268/07, INSTRUÇÃO NORMATIVA 12/08, RDC 07/11 E ALTERAÇÕES POSTERIORES; PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	PCT	6900	R\$ 5,96	R\$ 41.124,00

1	23	FEIJÃO PRETO TIPO 1 - 1 KG, PRODUTO NOVO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM SUJIDADES, MOFOS E BOLORES. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 1KG. ROTULAGEM CONTENDO NO MÍNIMO AS SEGUINTE INFORMações: DENOMINAÇÃO DO PRODUTO, INGREDIENTES, TABELA NUTRICIONAL, PRAZO DE VALIDADE, PESO, LOTE E FABRICANTE. PRODUTO COM VALIDADE MÍNIMA DE 05 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	PCT	1200	R\$ 7,42	R\$ 8.904,00
1	24	FERMENTO TIPO EM PÓ 100 GR; COMPOSTO DE PIROFOSFATO ÁCIDO DE SÓDIO, BICARBONATO DE SÓDIO; FOSFATO MONOCÁLCIO; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 100 GRAMAS COM TAMPAS DE ROSCA, ATÓXICA E LACRADA; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO CNNPA 38/77, RESOLUÇÃO 04/99, RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360/03 E ALTERAÇÕES POSTERIORES; PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADM. DETERMINADOS PELA ANVISA; COM VALIDADE MÍNIMA DE 145 DIAS NA DATA DA ENTREGA. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	UNID.	890	R\$ 5,06	R\$ 4.503,40
1	25	FUBÁ DE MILHO 500 GR, PRÉ COZIDO; OBTIDO DO GRÃO DE MILHO MOÍDO, FORTIFICADO COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO; DE COR AMARELA, DEVENDO SE APRESENTAR LIMPO E SECO, COM UMIDADE MÁXIMA DE 15%; COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS; COM AUSÊNCIA DE MOFO E RANÇO; ISENTOS DE INSETOS, ODORES OU SABORES ESTRANHOS OU IMPRÓPRIOS; VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES NA DATA DA ENTREGA, EMBALAGEM PRIMÁRIA DE 500 GRAMAS EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC 263/05, RDC 344/02, RDC 259/02, RDC 360/03, RDC 14/14 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES; PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	PCT	1600	R\$ 5,29	R\$ 8.464,00
1	26	LEITE CONDENSADO 395 G - COMPOSTO DE LEITE INTEGRAL, AÇÚCAR E LACTOSE (TRADICIONAL), DE CONSISTÊNCIA CREMOSA E TEXTURA HOMOGÊNEA, EMBALAGEM DE 395 GRAMAS. ACONDICIONADO EM CAIXA CARTONADA CONTENDO 395 GR.	CAIXA	30	R\$ 8,96	R\$ 268,80
1	24	LEITE DE AMÊNDOAS - 1 LITRO - BEBIDA VEGETAL À BASE DE AMÊNDOAS, DE SABOR SUAVE E CARACTERÍSTICO, ISENTA DE LACTOSE E COLESTEROL. PRODUTO OBTIDO A PARTIR DA TRITURAÇÃO E DILUIÇÃO DE AMÊNDOAS SELECIONADAS EM ÁGUA POTÁVEL, PODENDO CONTER ADIÇÃO DE VITAMINAS E MINERAIS, CONFORME FORMULAÇÃO DO FABRICANTE. DEVE APRESENTAR ASPECTO LÍQUIDO HOMOGÊNEO, COR ESBRANQUIÇADA UNIFORME, SEM GRUMOS, SEDIMENTOS OU SINAIS DE ALTERAÇÃO. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, ÍNTEGRA, ATÓXICA, DEVIDAMENTE LACRADA, COM CAPACIDADE DE 1 (UM) LITRO, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, ATENDENDO À LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	LITRO	460	R\$ 17,72	R\$ 8.151,20
1	28	LEITE DE SOJA SABORES - 1 LITRO - ALIMENTO PREPARADO À BASE DE SOJA SEM LACTOSE, SEM COLESTEROL. EMBALAGEM ESTÉRIL E HERMETICAMENTE FECHADA DE 1 LITRO CARTONADA ALUMINIZADA. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM SECUNDÁRIA APROPRIADA. SABORES VARIADOS. PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELO MAPA E ANVISA; APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	LITRO	460	R\$ 10,28	R\$ 4.728,80
1	29	LEITE INTEGRAL TIPO LONGA VIDA ENVASADO EM CAIXA TETRA PAK DE 01 (UM LITRO), TEOR DE GORDURA DE 3% , TRATADO TERMICAMENTE PELO SISTEMA UAT (ULTRA ALTA TEMPERATURA). EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE ESTÉRIL E HERMETICAMENTE FECHADA COM REGISTRO NO MA-SIF ESTAMPADA NA EMBALAGEM. INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO COM VALIDADE NA DATA DE FABRICAÇÃO 120 DIAS E COM VALIDADE MÍNIMA DE 100 DIAS NA DATA DA ENTREGA. AS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA 37097 (MAPA), RDC 12.01, RDC 360.03 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELO MAPA E ANVISA. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	LITRO	26100	R\$ 5,49	R\$ 143.289,00
1	30	LEITE ZERO LACTOSE 1L - LEITE UHT/UAT; LEITE SEMIDESNATADO COM ZERO % LACTOSE; TEOR DE MATÉRIA GORDA DE 1% A 2,9 %; EMBALAGEM ESTÉRIL E HERMETICAMENTE FECHADA DE 1 LITRO, CAIXA CARTONADA ALUMINIZADA; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA 370/97 (MAPA), RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360/03 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES; PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELO MAPA E ANVISA; COM VALIDADE NA DATA DE FABRICAÇÃO DE 120 DIAS E COM VALIDADE MÍNIMA DE 100 DIAS NA DATA DA ENTREGA; APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	LITRO	1120	R\$ 8,83	R\$ 9.889,60

1	31	LOURO 5 G - LOURO OBTIDO DE FOLHAS SECAS, ÍNTEGRAS OU FRAGMENTADAS, DE BOA QUALIDADE, COM COLORAÇÃO, AROMA E SABOR CARACTERÍSTICOS DA ESPÉCIE. ISENTO DE MATÉRIAS ESTRANHAS, IMPUREZAS, INSETOS, LARVAS, SUJIDADES, MOFO OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, PRÓPRIO PARA O CONSUMO HUMANO. PRODUTO ADEQUADO AO USO CULINÁRIO NO PREPARO DAS REFEIÇÕES DESTINADAS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE, EM ESPECIAL ÀS NORMAS DA ANVISA E ÀS DIRETRIZES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE). EMBALAGEM PRIMÁRIA ATÓXICA, RESISTENTE E DEVIDAMENTE LACRADA, CONTENDO 5 G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE E DADOS DO FABRICANTE.	PCT	230	R\$ 2,44	R\$ 561,20
1	32	MACARRÃO CORTES 500 GR - MASSA SECA; TRANSPORTADA E CONSERVADA A TEMPERATURA AMBIENTE; COMPOSTA DE SÊMOLA DE GRANO DURO; EMBALAGEM PRIMÁRIA PLÁSTICA DE 500 GRAMAS HERMETICAMENTE FECHADA; COM VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES NA DATA DA ENTREGA; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC 263/05, RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360/03, RDC 14/14 E ALTERAÇÕES POSTERIORES; PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA; APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	UNID.	3160	R\$ 4,51	R\$ 14.251,60
1	33	MACARRÃO MARIA 500 GR - MASSA SECA; TRANSPORTADA E CONSERVADA A TEMPERATURA AMBIENTE; COMPOSTA DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM ÁCIDO FÓLICO E FERRO, OVOS E OUTROS INGREDIENTES PERMITIDOS; EMBALAGEM PRIMÁRIA DE 500 GRAMAS PLÁSTICA HERMETICAMENTE FECHADA; COM VALIDADE MÍNIMA DE 15 MESES NA DATA DA ENTREGA; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC 263/05, RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360/03, RDC 14/14 E ALTERAÇÕES POSTERIORES; PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA; APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	UNID.	900	R\$ 4,06	R\$ 3.654,00
1	34	MAIONESE 500 G - EMULSAO CREMOSA OBTIDA COM OVOS E OLEOS VEGETAIS, COM ADICAO DE CONDIMENTOS, SUBSTANCIAS COMESTIVEIS E SEM CORANTES, DE CONSISTENCIA CREMOSA, NA COR AMARELO CLARO, COM CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, INGREDIENTES DE PREPARO EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVACAO, HERMETICAMENTE FECHADO, ACONDICIONADO EM POTE DE PLASTICO EMBALAGEM C/ 500 GR"	POTE	100	R\$ 9,00	R\$ 900,00
1	35	MANTEIGA DE LEITE 500 GR - MANTEIGA DE PRIMEIRA QUALIDADE COM SAL, CREME PASTEURIZADO OBTIDO A PARTIR DO LEITE DE VACA. E O PRODUTO GORDUROSO OBTIDO EXCLUSIVAMENTE PELA BATEÇÃO E MALAXAGEM. A MATÉRIA GORDA DA MANTEIGA DEVERÁ ESTAR COMPOSTA EXCLUSIVAMENTE DE GORDURA LÁCTEA, NÃO DEVERÁ CONTER GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, CORANTES (COMO POR EXEMPLO URUCUM) E AROMATIZANTES ARTIFICIAIS. INGREDIENTES CREME DE LEITE E SAL. EMBALAGEM DE 500 G, SEM GLÚTEN. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	UNID.	5110	R\$ 28,11	R\$ 143.642,10
1	36	MILHO PARA PIPOCA - 500 G - CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS, DUROS, SECOS, LIMPOS E SELECIONADOS, DE BOA QUALIDADE E ADEQUADO À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. ISENTO DE MATÉRIAS ESTRANHAS, IMPUREZAS, INSETOS, LARVAS, SUJIDADES, GRÃOS MOFADOS, ARDIDOS OU FERMENTADOS. APRESENTAR COLORAÇÃO, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS DO PRODUTO. ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE, EM ESPECIAL ÀS NORMAS DA ANVISA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ÀS DIRETRIZES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE). EMBALAGEM PRIMÁRIA ATÓXICA, RESISTENTE E DEVIDAMENTE LACRADA, CONTENDO 500 G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE E DADOS DO FABRICANTE.	PCT	460	R\$ 4,50	R\$ 2.070,00
1	37	QUEIJO MUÇARELA (FATIADO) OBTIDO DO LEITE DE VACA PASTEURIZADO, POR MEIO DE PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO, APRESENTANDO MASSA SEMICOZIDA, TEXTURA MACIA E ELÁSTICA, COR BRANCO-LEITOSA UNIFORME, SABOR E ODOR CARACTERÍSTICOS. ISENTO DE IMPUREZAS, SUJIDADES, BOLORES, RANÇO OU SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, ÍNTEGRA E LACRADA, GARANTINDO A CONSERVAÇÃO DO PRODUTO. DEVE CONTER NO RÓTULO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE: DENOMINAÇÃO DE VENDA, INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE,	KG	40	R\$ 48,22	R\$ 1.928,80

		NÚMERO DO LOTE E IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.				
1	38	OLEO SOJA 900 ML - COMPOSTO DE ÓLEO DE SOJA REFINADO E ANTIOXIDANTE; ISENTO DE OXIDAÇÃO, SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS; EMBALADO EM EMBALAGEM PRIMARIA APROPRIADA DE 900ML, HERMETICAMENTE FECHADA E ATÓXICA; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC 270/05, RDC 259/02, RDC 360/03 E ALTERAÇÕES POSTERIORES; PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA	UNID.	6700	R\$ 9,07	R\$ 60.769,00
1	39	ORÉGANO 5G OBTIDO DE FOLHAS SECAS, ÍNTEGRAS OU FRAGMENTADAS, DE BOA QUALIDADE, COM COLORAÇÃO VERDE-ACINZENTADA, AROMA E SABOR CARACTERÍSTICOS DA ESPÉCIE. ISENTO DE MATÉRIAS ESTRANHAS, IMPUREZAS, INSETOS, LARVAS, SUJIDADES, MOFO OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, PRÓPRIO PARA O CONSUMO HUMANO E USO NO PREPARO DAS REFEIÇÕES DESTINADAS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE, EM ESPECIAL ÀS NORMAS DA ANVISA E ÀS DIRETRIZES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE). EMBALAGEM PRIMÁRIA ATÓXICA, RESISTENTE, DEVIDAMENTE LACRADA, CONTENDO 5 G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE E DADOS DO FABRICANTE.	PCT	530	R\$ 6,86	R\$ 3.635,80
1	40	PÃO DE FORMA (PACOTE 500 G) PRODUZIDO COM FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, ÁGUA, FERMENTO BIOLÓGICO, SAL E DEMAIS INGREDIENTES PERMITIDOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE, OBTIDO POR PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO. APRESENTAR TEXTURA MACIA, MIOLO UNIFORME, COR CARACTERÍSTICA, SABOR E ODOR PRÓPRIOS, SEM SINAIS DE MOFO, FERMENTAÇÃO EXCESSIVA OU MATÉRIAS ESTRANHAS. ISENTO DE IMPUREZAS E SUJIDADES. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA APROPRIADA, ÍNTEGRA E DEVIDAMENTE LACRADA, CONTENDO PESO LÍQUIDO DE 500 G. O RÓTULO DEVE ATENDER À LEGISLAÇÃO VIGENTE, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DO LOTE. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	PCT	140	R\$ 11,44	R\$ 1.601,60
1	41	PAO DE QUEIJO CONGELADO - 1 KG - PRODUTO ALIMENTÍCIO OBTIDO A PARTIR DE POLVILHO, OVOS, QUEIJO, LEITE E DEMAIS INGREDIENTES PERMITIDOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE, ELABORADO POR PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO. APRESENTAR FORMATO E TAMANHO UNIFORMES, TEXTURA CARACTERÍSTICA, SABOR E ODOR PRÓPRIOS, ISENTO DE IMPUREZAS, SUJIDADES, RANÇO, MOFO OU MATÉRIAS ESTRANHAS. PRODUTO CONGELADO, PRESERVANDO SUAS CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS E NUTRICIONAIS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, ÍNTEGRA E RESISTENTE, CONTENDO 1 KG, PRÓPRIA PARA CONGELAMENTO. O RÓTULO DEVE CONTER DENOMINAÇÃO DE VENDA, INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E INSTRUÇÕES DE CONSERVAÇÃO CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	PCT	200	R\$ 34,81	R\$ 6.962,00
1	42	PÃO TIPO HOT DOG PACOTE 580G C/10 UNIDADES - PRODUTO PREPARADO COM FARINHA DE TRIGO, OVOS, ÁGUA, FERMENTO, CARACTERÍSTICOS POR APRESENTAR CASCA CROCANTE DE COR UNIFORME, CASTANHO DOURADO E MIOLO DE COR BRANCO-CREME, DE TEXTURA E GRANULAÇÃO FINA E UNIFORME, PESO LÍQUIDO EM TORNO DE 50 G A UNIDADE. EMBALAGENS: ACONDICIONADOS EM SACOS DE POLIETILENO TRANSPARENTE, PESADO E ETIQUETADO COM DATA DE PRODUÇÃO, VALIDADE, PESO E NÚMERO DE UNIDADES POR PACOTE.	PCT	920	R\$ 9,63	R\$ 8.859,60
1	43	POLVILHO DOCE 1 KG - OBTIDO A PARTIR DA FÉCULA DE MANDIOCA, DE BOA QUALIDADE, COM ASPECTO, COR, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS DO PRODUTO. ISENTO DE MATÉRIAS ESTRANHAS, IMPUREZAS, INSETOS, LARVAS, SUJIDADES, MOFO OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, PRÓPRIO PARA O CONSUMO HUMANO E USO NO PREPARO DAS REFEIÇÕES DESTINADAS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE, EM ESPECIAL ÀS NORMAS DA ANVISA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ÀS DIRETRIZES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE). EMBALAGEM PRIMÁRIA ATÓXICA, RESISTENTE E DEVIDAMENTE LACRADA, CONTENDO 1 KG, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LISTA DE INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE E DADOS DO FABRICANTE.	KG	140	R\$ 14,12	R\$ 1.976,80
1	44	PRESUNTO FATIADO - PRODUTO CÁRNEO INDUSTRIALIZADO OBTIDO A PARTIR DE PERNIL SUÍNO OU CARNE SUÍNA SELECIONADA, SUBMETIDO A PROCESSO DE CURA, COZIMENTO E RESFRIAMENTO ADEQUADOS. APRESENTAR COR ROSADA UNIFORME, TEXTURA FIRME E MACIA, SABOR E ODOR	KG	40	R\$ 30,05	R\$ 1.202,00

		CARACTERÍSTICOS, ISENTO DE RANÇO, LIMO, MOFO, SUJIDADES OU MATÉRIAS ESTRANHAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, ÍNTEGRA E LACRADA, GARANTINDO A CONSERVAÇÃO DO PRODUTO. O RÓTULO DEVE ATENDER À LEGISLAÇÃO VIGENTE, CONTENDO DENOMINAÇÃO DE VENDA, LISTA DE INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E SELO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA COMPETENTE (SIF, SIE OU SIM).APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.				
1	45	QUEIJO RALADO 50 G. OBTIDO DE LEITE PASTEURIZADO, COM ADIÇÃO DE FERMENTOS LÁCTEOS, COALHO E SAL, SUBMETIDO A PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO, APRESENTANDO TEXTURA, COR, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS. ISENTO DE MATÉRIAS ESTRANHAS, IMPUREZAS OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO, PRÓPRIO PARA O CONSUMO HUMANO E USO NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE, EM ESPECIAL ÀS NORMAS DA ANVISA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ÀS DIRETRIZES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE). EMBALAGEM PRIMÁRIA ATÓXICA, RESISTENTE, DEVIDAMENTE LACRADA E ADEQUADA À CONSERVAÇÃO DO PRODUTO, CONTENDO A QUANTIDADE INDICADA, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LISTA DE INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE E DADOS DO FABRICANTE.APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	UNID.	140	R\$ 6,50	R\$ 910,00
1	46	REFRIGERANTE COLA - 2L. BEBIDA NÃO ALCÓOLICA, GASEIFICADA, ELABORADA À BASE DE ÁGUA POTÁVEL, AÇÚCAR OU ADOÇANTES, EXTRATO DE COLA, CORANTE CAMELO, AROMATIZANTES E DEMAIS INGREDIENTES PERMITIDOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE, OBTIDA POR PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO. APRESENTAR COR, SABOR E ODOR CARACTERÍSTICOS, LÍMPIDO, SEM PARTÍCULAS EM SUSPENSÃO OU SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS. ACONDICIONADO EM GARRAFA PET APROPRIADA, RESISTENTE E DEVIDAMENTE LACRADA, CONTENDO 2 LITROS. O RÓTULO DEVE ATENDER À LEGISLAÇÃO VIGENTE, CONTENDO DENOMINAÇÃO DE VENDA, INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE E IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE.	UNID.	300	R\$ 12,02	R\$ 3.606,00
1	47	REFRIGERANTE GUARANÁ - 2L. BEBIDA NÃO ALCÓOLICA, GASEIFICADA, ELABORADA A PARTIR DE ÁGUA POTÁVEL, AÇÚCAR OU ADOÇANTES, EXTRATO NATURAL OU AROMA DE GUARANÁ, CORANTES E DEMAIS INGREDIENTES PERMITIDOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE, OBTIDA POR PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO. APRESENTAR COR, SABOR E ODOR CARACTERÍSTICOS, LÍMPIDO, SEM PARTÍCULAS EM SUSPENSÃO OU SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS. ACONDICIONADO EM GARRAFA PET APROPRIADA, RESISTENTE E DEVIDAMENTE LACRADA, CONTENDO VOLUME LÍQUIDO DE 2 LITROS. O RÓTULO DEVE ATENDER À LEGISLAÇÃO VIGENTE, CONTENDO DENOMINAÇÃO DE VENDA, LISTA DE INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE E IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE.	UNID.	200	R\$ 8,64	R\$ 1.728,00
1	48	REQUEIJÃO 200 G - TIPO CREMOSO, LEITE PASTEURIZADO, DESNATADO, CREME DE LEITE, COALHO E CLORETO DE SÓDIO (SAL), EMBALADO EM POTE, 200 GR. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	UNID.	100	R\$ 10,86	R\$ 1.086,00
1	49	SAL; REFINADO 1 KG; IODADO; COMPOSTO DE CLORETO DE SÓDIO E SAIS DE IODO; EMBALAGEM PRIMÁRIA DE 1 KG HERMETICAMENTE FECHADA E ATÓXICA; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A LEI 6.150/74, DECRETO 75.697/75, RDC 23/13, RDC 259/02 E ALTERAÇÕES POSTERIORES; PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA COM VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES NA DATA DA ENTREGA;	UNID.	1580	R\$ 3,45	R\$ 5.451,00
1	20	SUCO DE LARANJA NATURAL 200 ML, OBTIDO EXCLUSIVAMENTE DA FRUTA FRESCA E MADURA, POR MEIO DE PROCESSO HIGIÊNICO ADEQUADO, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCARES, ADOÇANTES, CORANTES, AROMATIZANTES OU CONSERVANTES ARTIFICIAIS. APRESENTAR COR, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS DA LARANJA, PRÓPRIO PARA O CONSUMO INFANTIL E ADEQUADO À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. ATENDER INTEGRALMENTE ÀS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE, EM ESPECIAL ÀS NORMAS DA ANVISA E ÀS DIRETRIZES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE). EMBALAGEM INDIVIDUAL DE 200 ML, ATÓXICA, LACRADA, RESISTENTE E APROPRIADA À CONSERVAÇÃO DO PRODUTO, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LISTA DE INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE E DADOS DO FABRICANTE. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	UNID.	6200	R\$ 5,48	R\$ 33.976,00
1	51	VINAGRE TINTO BRANCO 750 ML. PRODUZIDO DA FERMENTAÇÃO DO VINHO BRANCO. PRODUTO TRANSLUCIDO E DE DOR, SABOR E ODOR	UNID.	1500	R\$ 8,15	R\$ 12.225,00

		CARACTERÍSTICO. EMBALAGEM PRIMÁRIA: FRASCOS PLÁSTICOS DE APROXIMADAMENTE 750ML DEVIDAMENTE ROTULADOS, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE SEIS MESES E FABRICAÇÃO DE ATÉ 30 DIAS DA ENTREGA. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.				
<b>TOTAL LOTE 1</b>						<b>R\$ 998.063,12</b>

<b>LOTE 2 - AÇOUGUE</b>						
<b>LOTE</b>	<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNDD</b>	<b>QTDD</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
2	1	CARNE BOVINA IN NATURA DE 1° CATEGORIA PATINHO (APRESENTAÇÃO EM CUBOS), ANIMAIS SADIOS, ABATIDOS SOB INSPEÇÃO VETERINÁRIA. ASPECTO CRU, UNIFORME, NÃO AMOLECIDO, NÃO PEGAJOSO, SEM ACÚMULO SANGUÍNEO. DEVENDO APRESENTAR-SE LIVRE DE PARASITAS E DE QUALQUER SUBSTÂNCIA CONTAMINANTE QUE POSSA ALTERÁ-LA; OU ENCOBRIR ALGUMA ALTERAÇÃO. ISENTA DE TECIDOS INFERIORES COMO OSSOS, CARTILAGENS, GORDURA APARENTE, APONEVROSES, TENDÕES, COÁGULOS, NÓDULOS LINFÁTICOS, COM NO MÁXIMO 5% DE GORDURA. CORTES CUBOS EM TORNO DE 3X3X3 CM. CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS: AVERMELHADA, SEM MANCHA ESVERDEADAS OU PARDACENTAS, CHEIRO CARACTERÍSTICO DA PRÓPRIA CARNE. EMBALAGEM E PESO: O PRODUTO DEVERÁ ESTAR FRESCO OU CONGELADO, EM EMBALAGEM PLÁSTICA FLEXÍVEL, ATÓXICA, RESISTENTE, TRANSPARENTE, SEM ACÚMULO DE LÍQUIDOS EM SEU INTERIOR, EM PACOTES DE 01 A 02 KG, CORTES EM CUBOS EM TORNO DE 3X3X3 CM. NÃO SERÃO ACEITAS EMBALAGENS DEFEITUOSAS QUE EXPONHAM O PRODUTO À CONTAMINAÇÃO E/OU DETERIORAÇÃO. NECESSÁRIO APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA E FICHA TÉCNICA	KG	4480	R\$ 42,80	R\$ 191.744,00
2	2	CARNE BOVINA IN NATURA FRESCA OU CONGELADA DE 1° CATEGORIA PATINHO (MOÍDA), ANIMAIS SADIOS, ABATIDOS SOB INSPEÇÃO VETERINÁRIA. ASPECTO CRU, UNIFORME, NÃO AMOLECIDO, NÃO PEGAJOSO, SEM ACÚMULO SANGUÍNEO. DEVENDO APRESENTAR-SE LIVRE DE PARASITAS E DE QUALQUER SUBSTÂNCIA CONTAMINANTE QUE POSSA ALTERÁ-LA; OU ENCOBRIR ALGUMA ALTERAÇÃO. ISENTA DE TECIDOS INFERIORES COMO OSSOS, CARTILAGENS, GORDURA APARENTE, APONEVROSES, TENDÕES, COÁGULOS, NÓDULOS LINFÁTICOS, COM NO MÁXIMO 5% DE GORDURA. CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS: AVERMELHADA, SEM MANCHA ESVERDEADAS OU PARDACENTAS, CHEIRO CARACTERÍSTICO DA PRÓPRIA CARNE. EMBALAGEM E PESO: O PRODUTO DEVERÁ ESTAR FRESCO OU CONGELADO, EM EMBALAGEM PLÁSTICA FLEXÍVEL, ATÓXICA, RESISTENTE, TRANSPARENTE, SEM ACÚMULO DE LÍQUIDOS EM SEU INTERIOR, EM PACOTES DE 01 A 02 KG. NÃO SERÃO ACEITAS EMBALAGENS DEFEITUOSAS QUE EXPONHAM O PRODUTO À CONTAMINAÇÃO E/OU DETERIORAÇÃO. NECESSÁRIO APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA E FICHA TÉCNICA DO PRODUTO.	KG	4630	R\$ 42,09	R\$ 194.876,70
2	3	CARNE SUÍNA (PERNIL) CUBOS - IN NATURA FRESCA OU CONGELADA, ANIMAIS SADIOS, ABATIDOS SOB INSPEÇÃO VETERINÁRIA. ISENTA DE CARTILAGENS E OSSOS, MANIPULADA EM BOAS CONDIÇÕES HIGIÊNICAS, EMBALADA À VÁCUO EM SACO TRANSPARENTE E ATÓXICO, LIMPO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. A CARNE DEVE APRESENTAR-SE COM ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDA E NEM PEGAJOSA, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, SEM MANCHAS ESVERDEADAS, LIVRES DE PARASITAS, SUJIDADES E QUALQUER SUBSTÂNCIA CONTAMINANTE. CORTES CUBOS EM TORNO DE 3X3X3 CM. EMBALAGEM E PESO: O PRODUTO DEVERÁ ESTAR FRESCO OU CONGELADO, EM EMBALAGEM PLÁSTICA FLEXÍVEL, ATÓXICA, RESISTENTE, TRANSPARENTE, SEM ACÚMULO DE LÍQUIDOS EM SEU INTERIOR, EM PACOTES DE 01 A 02 KG, CORTES EM CUBOS EM TORNO DE 3X3X3 CM. NÃO SERÃO ACEITAS EMBALAGENS DEFEITUOSAS QUE EXPONHAM O PRODUTO À CONTAMINAÇÃO E/OU DETERIORAÇÃO. NECESSÁRIO APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA E FICHA TÉCNICA DO PRODUTO	KG	6825	R\$ 22,37	R\$ 152.675,25
2	4	FILÉ DE PEITO DE FRANGO EMBALADOS EM SACOS PLÁSTICOS A VÁCUO, CONGELADO, EMBALADO EM SACO TRANSPARENTE E ATÓXICO, LIMPO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. A CARNE DEVE APRESENTAR-SE COM ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDA E NEM PEGAJOSA, COR, CHEIRO E SABOR	KG	8420	R\$ 23,39	R\$ 196.943,80



		PRÓPRIO, SEM MANCHAS ESVERDEADAS, LIVRES DE PARASITAS, SUJIDADES E QUALQUER SUBSTÂNCIA CONTAMINANTE. O PRODUTO DEVERÁ ESTAR ACONDICIONADO EM EMBALAGENS DE 1 KG, DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (NOME E COMPOSIÇÃO DO PRODUTO) PROCEDÊNCIA (ENDEREÇO DO FABRICANTE E DISTRIBUIDOR), INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO E QUANTIDADE DO PRODUTO (PESO), NÚMERO DE REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/SIF/DIPOA E CARIMBO DE INSPEÇÃO DO SIF. O PRODUTO DEVERÁ CONTER NO MÁXIMO 5 % DE GORDURA E APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.NECESSÁRIO APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA E FICHA TÉCNICA DO PRODUTO				
2	5	LINGÜIÇA TIPO TOSCANA DE PRIMEIRA QUALIDADE, MISTA: CARNE BOVINA, SUÍNA E DE AVES. COM COR, SABOR E ODOR PRÓPRIOS, FIRME, CONSISTENTE E NÃO PEGAJOSA. DEVENDO APRESENTAR-SE LIVRE DE PARASITAS E DE QUALQUER SUBSTÂNCIA CONTAMINANTE QUE POSSA ALTERÁ-LA; OU ENCOBRIR ALGUMA ALTERAÇÃO. O PRODUTO DEVERÁ CONTER NO MÁXIMO 34 GR. DE GORDURAS TOTAIS EM 100 GR. DE ALIMENTO. PACOTE DE 2 A 5 KG. EMBALADA EM PLÁSTICO RESISTENTE, A VÁCUO. EMBALAGEM PRIMÁRIA EM SACO PLÁSTICO DE POLIETILENO, CONTENDO A TABELA NUTRICIONAL, O MODO DE PREPARO E DE DESCONGELAMENTO; MARCA COMERCIAL, NOME E DESCRIÇÃO DO PRODUTO, CARIMBO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DEMAIS DIZERES OBRIGATÓRIOS; ENTREGUE CONGELADO E CONFORME CRONOGRAMA DE ALIMENTAÇÃO APRESENTAR AMOSTRA E LAUDO TÉCNICO	KG	2500	R\$ 23,16	R\$ 57.900,00
<b>TOTAL LOTE 2</b>						<b>R\$ 794.139,75</b>

<b>LOTE 3 - HORTIFRUTIGRANJEIRO</b>						
<b>LOTE</b>	<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNDD</b>	<b>QTDD</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
3	1	ALFACE - LISA, FRESCA, EXTRA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, FIRME E INTACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, LIVRE DE AGROTÓXICO. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	MAÇO	60	R\$ 8,43	R\$ 505,80
3	2	ALHO TIPO 1. DE PRIMEIRA LINHA, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE EVOLUÇÃO COMPLETO DO TAMANHO, AROMA E COR PRÓPRIA, AUSÊNCIA DE SUJIDADES, LIVRE DE INSETOS E PARASITAS, NÃO ESTAR DANIFICADO COM LESÕES FÍSICAS OU MECÂNICAS, ESTAR COM APARÊNCIA FRESCA E INTEGRAL, NÃO SERÃO PERMITIDOS QUAISQUER DANOS NO PRODUTO ENTREGUE. CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS OBEDECENDO A LEGISLAÇÃO CORRESPONDENTE. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA	KG	1120	R\$ 32,36	R\$ 36.243,20
3	3	BATATA INGLESA DE PRIMEIRA QUALIDADE, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS COM TAMANHO, AROMA, SABOR E COR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE AMARELO CLARO, NÃO ESTAR DANIFICADOS POR QUALQUER LESÃO E ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA QUE AFETE A SUA APARÊNCIA; ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES TANTO NA PARTE EXTERNA, QUANTO INTERNA; LIVRE DE SUJIDADES, APARÊNCIA FRESCA E INTEGRAL. CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS OBEDECENDO A LEGISLAÇÃO CORRESPONDENTE. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	KG	3300	R\$ 7,43	R\$ 24.519,00
3	4	CENOURA - DE PRIMEIRA, COMPACTA E FIRME, COM COR, ODOR E SABOR PRÓPRIOS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, NÃO APRESENTANDO RACHADURAS OU CORTE NA CASCA, BEM DESENVOLVIDA. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA	KG	30	R\$ 5,54	R\$ 166,20
3	5	CEBOLA TIPO BRANCA, DE 1ª QUALIDADE, COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, PERFURAÇÕES E CORTES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, COM A CASCA INTEGRAL SEM DANOS FÍSICOS OU MECÂNICOS, LIVRE DE INSETOS OU PARASITAS. CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS OBEDECENDO A LEGISLAÇÃO CORRESPONDENTE. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	KG	2520	R\$ 8,14	R\$ 20.512,80
3	6	MAÇÃ NACIONAL DEVERÁ SER PROCEDENTE DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNS E SÃOS, SER FRESCOS, TER ATINGIDO O GRAU MÁXIMO NO TAMANHO, AROMA E COR DA ESPÉCIE E VARIEDADE, APRESENTAR GRAU MÁXIMO DE MATURAÇÃO TAL QUE LHES PERMITA SUPOORTAR A	KG	8160	R\$ 16,58	R\$ 135.292,80

		MANIPULAÇÃO, TRANSPORTE E CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES, NÃO ESTAR DANIFICADO POR QUALQUER LESÃO DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA QUE AFETE A SUA APARÊNCIA. NÃO SERÃO PERMITIDOS MANCHAS OU DEFEITOS NA CASCA. CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS OBEDECENDO A LEGISLAÇÃO CORRESPONDENTE. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.				
3	7	MELÃO IN NATURA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCO, MELÃO INTEIRO, DOCE E SUCULENTO, LIMPO, CONSISTÊNCIA FIRME E GRAU MÉDIO DE MATURAÇÃO. ISENTO DE LESÕES, DANOS, RACHADURAS, TERRA, PODRIDÃO, LARVAS E PARASITAS. PESO ENTRE 1,0 KG A 3,0 KG A UNIDADE. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	KG	8800	R\$ 11,85	R\$ 104.280,00
3	8	OVO DO TIPO BRANCO CARTELA COM 30 OVOS, CLASSE 1, PESO MÍNIMO DE 50 GRAMAS, COM A CLARA LÍMPIDA TRANSPARENTE E CONSISTENTE E A GEMA DEVE SER TRANSLÚCIDA, CONSISTENTE, CENTRALIZADA E SEM DESENVOLVIMENTO DE GERMES.A CASCA DEVE ESTAR ÍNTEGRA SEM PRESENÇA DE SUJIDADES OU RACHADURAS. DEVE ESTAR LIVRE DE PARASITAS OU QUAISQUER OUTROS CONTAMINANTES FÍSICOS OU BIOLÓGICOS.CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS OBEDECENDO A LEGISLAÇÃO CORRESPONDENTE. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	CARTE	1840	R\$ 21,73	R\$ 39.983,20
3	9	TOMATE IN NATURA, FRESCO, DE BOA QUALIDADE, GRAU DE MATURAÇÃO ADEQUADO AO CONSUMO, APRESENTANDO COLORAÇÃO, FORMATO E TAMANHO UNIFORMES, COM POLPA FIRME E ÍNTEGRA. LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, RACHADURAS, PODRIDÕES, MOFO OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO. ISENTO DE SUJIDADES, INSETOS, LARVAS OU MATERIAIS ESTRANHOS. PRODUTO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA QUE PERMITA ADEQUADA VENTILAÇÃO E CONSERVAÇÃO, ATENDENDO ÀS NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.	KG	30	R\$ 8,97	R\$ 269,10
TOTAL LOTE 3						R\$ 361.772,10

TOTAL GERAL	R\$ 2.153.974,97
-------------	------------------



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA**

**Departamento de Licitação e Contratos**

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA**

A Empresa \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a.) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, do CPF nº \_\_\_\_\_.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VR. UNIT	VR TOTAL
01			XXXXXX	XXXXXXX

Assim sendo, o valor total da proposta é de R\$ (por extenso).

A presente proposta é baseada nas especificações, condições e prazos estabelecidos no edital de Pregão nº /2026, os quais nos comprometemos a cumprir integralmente.

Prazo de validade da proposta: dias (não inferior a sessenta dias).

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as obrigações e responsabilidades, bem como todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Obs.: A Proposta Comercial deverá conter razão social do licitante, CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail válido do próprio participante.

Colômbia/SP \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

[LICITANTE]

[assinatura do(s) representante(s) legal(is)]

**ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

Prezado (as) Senhores (as):

A Empresa \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a.) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA expressamente que:

- Que não foram declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas;
- Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidores ou agentes políticos ou que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

Colômbia/SP \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

[LICITANTE]

[assinatura do(s) representante(s) legal(is)]

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA,**

**MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Prezado (as) Senhores (as):

A Empresa \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a.) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA que está regularmente enquadrada na categoria:

( ) MICROEMPRESA (ME), nos termos do inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), nos termos do §1º, art. 18-A da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006. ( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP), nos termos do inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

A LICITANTE declara sua ciência de que perderá o direito ao tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 caso incorra em quaisquer situações previstas no § 4º do art. 3º da referida Lei, assim como, por qualquer motivo, deixe de se enquadrar na categoria declarada

Colômbia/SP \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

[LICITANTE]

[assinatura do(s) representante(s) legal(is)]

**ANEXO IV– MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

O MUNICÍPIO DE COLOMBIA, inscrito no CNPJ. sob o nº 52.381.720/0001-48, com sede na Rua Antônio Prado, nº 1161, Bairro Centro, em Colômbia SP, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, Sr. JULIO CESAR DOS SANTOS, considerando o julgamento da licitação, de outro lado à empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ nºXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, estabelecida na cidade de Barretos/SP, na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nº XXX, Bairro XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pela Sr (a). XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXXXXXXXX/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Ata de Registro de preços, decorrente do Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**OBJETO**

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objetivo Registro de preço para o fornecimento parcelado de gêneros alimentícios, destinados ao preparo de refeições em unidades escolares e atendimento de necessidades administrativas da Secretaria Municipal de Educação, em atenção ao Termo de Referência.

a) o registro dos seguintes preços do Detentor da Ata: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX e-mail: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, representado pela sua representante legal, Sr (a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, já qualificado acima, à saber:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT	VR. UNIT	VR TOTAL
TOTAL					

1.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

1.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

1.4. Não será admitida a adesão à presente Ata de Registro de Preços por outros órgãos ou entidades, nos termos do item 17.1 do Edital.

**DA VIGÊNCIA**

2.1. A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que formalmente demonstrada nos autos do processo administrativo a vantajosidade dos preços registrados em relação

6.3. Caberá à Contratada destacar na Nota Fiscal os tributos que eventualmente incidam sobre o valor do bem/serviço objeto do Edital, nos termos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 e suas posteriores alterações.

- 6.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 6.5. Em caso de devolução da nota fiscal/fatura para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
- 6.6. O pagamento será efetuado via eletrônica, e será realizado no horário bancário, pela tesouraria municipal.
- 6.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em conformidade com a legislação de regência.
- 6.8. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante.

#### **DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

- 7.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.
- 7.2. As despesas, onerarão os recursos orçamentários e financeiros municipais, estaduais e/ou federais.
- 7.3. As despesas com as prorrogações, se houverem, correrão por conta das dotações próprias da execução orçamentária de cada ano.

#### **DAS OBRIGAÇÕES:**

##### **8.1. Da Contratada:**

- a) Prestar todos os serviços licitados, de acordo com a proposta oferecida e com as normas e condições previstas Termo de referência Anexo I do edital de origem e seus anexos, respondendo civil e criminalmente pelas consequências de sua inobservância total ou parcial.
- b) Manter, durante a vigência da ata de registro de preços, conforme as obrigações assumidas, os requisitos de habilitação exigidos no edital de origem.
- c) Responsabilizar-se pelo uso devido dos documentos, materiais e equipamentos eventualmente colocados sob sua guarda pela CONTRATANTE.
- d) Apresentar, caso já esteja habilitado junto aos órgãos competentes, a Nota Fiscal Eletrônica, do(s) produto(s) entregue(s), devendo estar contida no ARQUIVO ELETRÔNICO – XML (VALIDADO), parte componente da Nota Fiscal Eletrônica, e enviado prévia e obrigatoriamente para o Setor Requerente A Nota Fiscal Eletrônica deverá estar em condições de ser consultada pelo Visualizador de Documentos Fiscais Eletrônicos – SPED -, no Portal Nacional da NFe, sem o qual não será dada sequência na rotina de Liquidação e Pagamento da despesa.
- e) Submeter-se à fiscalização da CONTRATANTE, durante toda sua vigência do contrato.

##### **8.2. Da contratante:**

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- b) Acompanhar direta e indiretamente a qualidade dos materiais entregues, verificando o atendimento às especificações e demais normas técnicas.
- c) Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da entrega do objeto, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- d) Atestar as faturas/notas fiscais;
- e) Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos;
- f) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

#### **DAS OBRIGAÇÕES REFERENTE À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

9.1. O Contratado se obriga ainda a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados - Lei 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste contrato, em especial a:

- a) Guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução deste objeto;
- b) Tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da contratação (convênio/parceria/credenciamento), de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados;
- c) Garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;
- d) Não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da contratação;
- e) Fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução do objeto;
- f) Adotar todas as medidas previstas em Lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;

9.2. Em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao Contratante, no prazo de até 48 horas:

- a) A descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
- b) As informações sobre os titulares envolvidos;
- c) A indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;
- d) Os riscos relacionados ao incidente;
- e) Os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata;
- f) As medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;

9.3. O Contratado deverá demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados;

9.4. Parágrafo terceiro: Utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais de tratamento não autorizado;

9.5. O Contratado deverá armazenar os dados somente pelo período necessário para cumprir as obrigações contratuais e legais;

9.6. O Contratado deverá apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo Município ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual a retenção dos dados;

9.7. O Contratado deverá anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo Município, ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual.

9.8. O Contratado não poderá compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência do contrato.

9.9. O Contratado ficará obrigada a reparar os danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas à Ata de Registro de Preços, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao Município ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

9.10. As partes obrigam-se, sempre que aplicável, a atuar no presente Contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), tratando dados pessoais exclusivamente para as finalidades relacionadas ao contrato.

9.11. No âmbito deste contrato, a qualificação das partes enquanto agentes de tratamento de dados pessoais respeitará os ditames da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, de modo que a CONTRATADA, quando atuar conforme as orientações estabelecidas pela CONTRATANTE, se qualifica como Operador de dados pessoais.

9.12. Prevalece sobre as disposições acima o contexto fático inerente à atividade de tratamento realizada por qualquer um dos contratantes, de modo que o tratamento de dados pessoais para finalidades que superem o contexto deste contrato será de responsabilidade da parte que lhe der causa.

## **DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

10.1 Comete infração administrativa o licitante e/ou a Contratada que cometer quaisquer das infrações previstas no art.155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante certame ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- l) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
- m) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 .

10.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei );
- b) Impedimento de licitar e contratar, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ( art. 156, §4º, da Lei);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Ente Federativo que tiver aplicado a sanção, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);
- d) Multa: A multa moratória é a sanção pecuniária que será imposta à contratada que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

*I- 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, pelo 1º (primeiro) dia de atraso;*

*II- 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, do 2º (segundo) até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;*

*III- 0,3% (três décimos percentuais) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) e até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a ser calculado o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;*

*IV- Após o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a unidade gestora do contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.*

*V- 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato para a licitação ou para a contratação direta, na hipótese de o licitante ou futuro contratado retardar injustificadamente o procedimento de contratação ou descumprir de preceito normativo ou as obrigações assumidas. (Conforme o Decreto Municipal n. 2.236/2024).*

10.3 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).

10.4 Todas as sanções previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ( art. 156,§7º).

- a) Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (art. 157);
- b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventual mente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

10.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021 , para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados ( art. 156, §1º):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021 , ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013 , serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

10.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161).

10.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21 .

#### **DA EXTINÇÃO CONTRATUAL/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. O contrato/ata de registro de preços se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2. O contrato/ata de registro de preços pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- a) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- c) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.3. A Administração terá a opção de extinguir o contrato/ata de registro de preços sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

11.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **DO FORO:**

12.1. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Barretos - SP, esgotadas as vias administrativas.

#### **DA GERÊNCIA:**

13.1. Para a Gerência desta Ata de Registro de Preços, fica designado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBIA o(a) Sr. xxxxxxxxxxxxxx, e-mail: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e pela Detentora da Ata o(a) Sr (a). xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Telefone xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, email: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx; a troca de correspondências entre as partes deverá ser feita utilizando-se os endereços constantes nesta Ata.

13.2. A gestão e fiscalização da Ata serão realizadas por servidores designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Colômbia, na data da sua assinatura digital.

Prefeito Municipal – CONTRATANTE

Representante Legal – CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Arielle Gustavo de Freitas, Assistente de Licitações**, em 22/04/2026, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#) e [Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://cidades.sei.sp.gov.br/barretos/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://cidades.sei.sp.gov.br/barretos/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0196846** e o código CRC **78C296B7**.